

Pela equidade racial na educação

» LUCIANA NICOLA

Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade do Itaú Unibanco

Brasil é um país reconhecido mundialmente por sua diversidade racial: somos o resultado da mistura entre várias nacionalidades, etnias e raças. E, embora os negros sejam a maioria da nossa população — 55,8% dos brasileiros, de acordo com dados do IBGE/2022 —, esse percentual não se reflete em diversos campos sociais, como nas universidades, no mercado de trabalho formal, nas posições de liderança dentro das empresas, na política, entre outros exemplos.

O racismo estrutural é uma herança amarga que, infelizmente, persiste até hoje, com resultado muito visível nas diferenças entre oportunidades para brancos e negros ao longo da vida. E ele precisa ser combatido de forma sistêmica. Uma das conquistas mais relevantes nesse sentido é a Lei 12.711/12, conhecida pela sociedade como Lei de Cotas. Ela destina 50% das vagas em universidades e em institutos federais a jovens que estudaram integralmente em escolas públicas, além de reservar cotas para estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI).

Em 2022, a Lei de Cotas celebrou 10 anos de existência, demonstrando a importância desse instrumento de inclusão na trajetória educacional e de vida para muitos jovens. Mas revelou que, embora seja fundamental que ela avance e se fortaleça cada vez mais, existem desafios urgentes que precisam ser enfrentados. Entre eles, destaco a comprovada dificuldade que os cotistas têm para concluir os estudos. Por meio dos programas de auxílio que apoiamos, observamos que muitos deles não possuem recursos para materiais didáticos, moradia, alimentação, transporte, internet, entre outras dificuldades.

Entendendo que arcar com esses custos não é uma tarefa fácil, o Itaú Unibanco apoiou a criação de um programa piloto em 2018, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), oferecendo inicialmente 90 bolsas-auxílio para alunos cotistas de diferentes cursos de graduação e um estudo de impacto dessas bolsas, liderado por Marta Arretche, professora titular do Departamento de Ciência Política da USP e diretora do Centro de Estudos da Metrópole, da Fapesp. Os resultados foram animadores: durante o programa, a evasão escolar registrada entre os bolsistas foi de apenas 2%, contra 24% dos alunos cotistas que não receberam a bolsa — considerando a totalidade dos alunos entrantes no período, o percentual foi de 20%.

Ao longo dessa trajetória, observamos, também, que o desempenho escolar dos bolsistas tende a ser superior. Analisando a performance de 11.035 alunos que ingressaram na USP em 2018, os 90 jovens escolhidos por sorteio para receber as bolsas, oriundos da Lei de Cotas, registraram médias de desempenho acadêmico

maiores que as apresentadas pelos alunos não cotistas. No geral, o desempenho, no segundo semestre de 2018, desses bolsistas ficou muito próximo do grupo geral de alunos cotistas (um pouco abaixo de 7). Mas, já no primeiro semestre de 2019, a nota já sobe e ultrapassa 8; acima, inclusive, dos demais estudantes da universidade, que não necessariamente estudaram em escolas públicas ou entraram pela Lei de Cotas. Em 2022, esse piloto deu origem ao programa USP Diversa.

O apoio à melhoria do sistema educacional no Brasil é um tema prioritário para o Itaú Unibanco e nossas ações se materializam por meio dos nossos braços sociais, além de iniciativas diretas do banco. Há mais de 40 anos atuamos no fortalecimento do sistema público de ensino, visando à transformação social e o desenvolvimento sustentável do país.

Essas constatações nos motivaram a lançar um programa com potencial de impacto ainda maior: o Potências — Programa de Bolsas de Permanência Universitária do Itaú Unibanco, com investimento de R\$ 25 milhões do Itaú em 2022 para financiar estudantes cotistas em universidades públicas do Brasil e ajudá-los a permanecer e concluir sua graduação. Apoiando cotistas pretos, pardos e indígenas, o programa

intenciona contribuir para a diminuição das desigualdades raciais, gerando impacto positivo de longo prazo para a sociedade.

Iniciando oficialmente em dezembro de 2022 e desenvolvido com apoio de importantes pesquisadores em educação, equidade racial e em investimento social privado, o Potências oferece uma bolsa financeira de R\$ 964 mensais a mais de 350 estudantes ingressantes da Lei de Cotas em universidades federais convidadas a participarem do programa. E esse é apenas o começo.

Meu desejo é que o Itaú Unibanco, como precursor desse movimento, inspire outras empresas a também compreenderem seu papel nessa construção coletiva, com benefícios para toda a sociedade. Além de apoiar bolsistas na conclusão dos estudos, vamos criar uma ferramenta de acompanhamento da taxa de evasão e de desempenho dos estudantes, que permitirá às instituições de ensino superior terem dados dos impactos das ações afirmativas, indicadores que podem orientar a adoção de políticas públicas que atuem pela equidade racial na educação brasileira. Acreditamos na potência do trabalho conjunto entre iniciativa privada, com apoio do terceiro setor e atuação do governo, construindo caminhos com potencial para transformar o Brasil.



Ventos eólicos para novos ares no setor de energia

» RICARDO RICARDI
CEO do Enseada

Os bons ventos que sopram no pequeno município de Maragogipe, cidade próxima à Salvador, estão ajudando o país a se tornar uma referência latino-americana na produção de energia limpa, renovável e alinhada às urgentes demandas do século 21 por sustentabilidade e redução nos impactos gerados pelas mudanças climáticas. Da mesma forma que a economia e as matrizes energéticas precisam se adaptar, o estaleiro Enseada, do grupo Novonor, passou por uma transformação estrutural para atender os novos ares e se tornar um complexo logístico e industrial que tem servido com uma referência em infraestrutura para a logística necessária à energia eólica offshore — tendência mundial e com importantes avanços geopolíticos na COP27 (Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas), realizada em novembro. Atualmente, o espaço que figura entre um dos maiores portos do Nordeste brasileiro armazena 40 aerogeradores que vão ajudar a alavancar os atuais 22 GW, disponíveis em território nacional por meio dos equipamentos instalados, para mais de 30 GW nesses próximos 10 anos. A presença do Enseada para receber essa infraestrutura é estratégica na região, já que só o estado baiano contempla 70% das futuras instalações.

Fonte imprescindível na geração de energia limpa, a solução eólica tem, nos últimos anos, conquistado uma presença cada vez mais sólida, o que se reflete na própria indústria de fabricação e montagem de equipamentos no país, resultado de investimentos que impulsionam a sustentabilidade em outras frentes como, por exemplo, geração de emprego e renda para milhares de famílias, com avanços sociais, ambientais e socioeconômicos que vão ao encontro aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU). Na área dos negócios, não é diferente. Existe uma grande tendência no Brasil de que a migração da energia eólica para campos offshore gere novas oportunidades de avanço no setor e, consequentemente, potencial energético. Com uma costa litorânea privilegiada de 9,2 mil quilômetros, a instalação dos aerogeradores em alto mar já é uma realidade. O Conselho Global de Energia Eólica (Gowa), por exemplo, considerou 2021 como sendo um dos melhores desde que os primeiros aerogeradores foram instalados no mar. No ano passado, mais de 20 GW foram criados no mundo por intermédio do modelo offshore, graças ao trabalho realizado por países como China e Bélgica. O ano também marcou o lançamento do parque Gemini, na Holanda. Com 150 turbinas de vento, a 85 quilômetros da costa do país.

Durante a Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP27), um grupo de países formado por Alemanha, Bélgica, Colômbia, Estados Unidos, Holanda, Irlanda e Reino Unido fechou um importante pacto com a Gowa. As nações se comprometem a acelerar os investimentos justamente em energia eólica offshore. O compromisso foi puxado pela Agência Internacional de Energia Renovável (Irena), para mobilizar as iniciativas pública e privada na remoção de barreiras, como noticiado pela EPBR. De acordo com o órgão, a geração desse tipo de energia precisa ultrapassar os 2 mil GW nas próximas três décadas.

Segundo a Irena, esse processo de descarbonização deve limitar em até 1,5°C o aumento da temperatura global até o final do século 21. Nesse cenário, o Brasil está se posicionando como um promissor mercado eólico offshore, em que as características dos investimentos e dos players envolvidos muitas vezes é distinta dos projetos onshore. Entre as diferenças está o tamanho das turbinas eólicas, que, no caso do offshore, tem aumento expressivo do seu tamanho, tanto em termos de altura quanto em área de varredura, além de demandarem diferentes estruturas de fundação ou flutuação. Mas independentemente dos acordos multilaterais na geopolítica internacional, o mercado precisa superar uma série de desafios. O principal é justamente migrar a capacidade instalada em terra para o oceano e de forma competitiva, ao passo que será necessário renovar e requalificar a infraestrutura existente para atender a demanda pelos novos e maiores aerogeradores.

Esse processo precisará ser otimizado ao máximo para que o mercado eólico offshore seja efetivamente sustentável, uma vez que a geração eólica seguirá competindo com outras fontes de energia. E o Enseada, que já nasceu offshore e fruto de um investimento da ordem de US\$ 1 bilhão, tem todos os atributos necessários para protagonizar a energia do futuro.

Limiares de custo-efetividade representam barreira ao acesso às novas tecnologias no SUS

» MARISE BASSO AMARAL

» Diretora-geral do Unidos pela Vida — Instituto Brasileiro de Atenção à Fibrose Cística, Professora da UFF, pós-doutora pela Fiocruz, doutora e mestre em educação

» VERÔNICA STASIAK BEDNARCZUK DE OLIVEIRA

» Fundadora e diretora executiva do Unidos pela Vida, psicóloga e mestrande em Ciências Farmacêuticas pela UFPR

Em 6 de novembro, a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias (CONITEC) publicou as recomendações finais sobre o uso de limiares de custo-efetividade para a inclusão de novas tecnologias de saúde — medicamentos, exames e terapias — no Sistema Único de Saúde (SUS). O documento estabelece diretrizes e valores de referência para respaldar as decisões dos técnicos responsáveis pelas Avaliações de Tecnologias em Saúde (ATS).

É inegável a importância dessa discussão para a saúde brasileira, afinal, como genuíno paradoxo econômico, os anseios que requerem soluções são inúmeros, enquanto os recursos são escassos. No entanto, desde o início deste debate — que se intensificou em julho deste ano, com a realização de Consulta e Audiência públicas, bem como a 112ª Reunião Ordinária da Comissão, no mês seguinte — ficou evidente que, apesar dos inúmeros esforços, muitos dos argumentos que poderiam enriquecer esta proposta sequer foram considerados por uma comissão que, aparentemente, já havia definido os parâmetros e ditado a regra do jogo.

O documento recomenda, entre diversos pontos, a adoção de valores de referência de 40 mil reais por anos de vida ajustados pela qualidade (QALY), algo equivalente a 1 PIB per capita. Esse valor pode ser ajustado em até 3 vezes para casos específicos, como doenças raras que apresentam redução importante de sobrevida ajustada pela qualidade, doenças que acometem crianças e que reduzem a sobrevida ajustada pela qualidade, bem como doenças graves e endêmicas em populações de baixa renda com poucas alternativas terapêuticas disponíveis. Ou seja, cerca

de R\$ 120 mil por ano como valor máximo para incorporar uma medicação para doença rara.

Sabemos que esses são valores incabíveis para tratamentos de doenças raras, que impactam não somente as vidas dos pacientes, mas de toda uma família que se mobiliza por essas pessoas. Apesar de representarmos pacientes raros, é válido lembrar que os limiares serão utilizados para avaliar a inclusão de tecnologias de saúde não somente para essa parcela da população, mas para todos os brasileiros. Direta ou indiretamente, somos mais de 200 milhões de usuários do SUS e seremos todos impactados por essa decisão.

À medida que a medicina avança, novas portas se abrem para o futuro dos tratamentos de precisão. Ao mesmo tempo em que olhamos com esperança para essas oportunidades, documentos como o proposto pela CONITEC se colocam como uma barreira intransponível para milhares de brasileiros que dependem do SUS.

Para debater esse assunto, o Unidos pela Vida — Instituto Brasileiro de Atenção à Fibrose Cística realizou, no fim de novembro, o 1º Fórum Brasileiro de Avaliação de Tecnologias em Saúde para Doenças Raras, primeiro evento do tipo organizado por uma associação de pacientes. A ocasião serviu para colocar a Conitec, a indústria farmacêutica, associações de pacientes, especialistas e acadêmicos lado a lado para discutir o futuro da inovação em saúde sob a perspectiva do limiar de custo-efetividade. O evento segue disponível para ser assistido até 25/12 em bit.ly/ForumATS.

Um estudo realizado pela Interfarma em parceria com a consultoria Moka Info analisou o histórico de decisões da Conitec entre janeiro de

2015 a junho deste ano. O objetivo era entender o impacto do limiar proposto caso fosse considerado nessas decisões. O levantamento ressaltou a alta complexidade na definição do limiar de custo-efetividade e evidenciou que ele não pode ser utilizado como parâmetro excludente e fundamental. Sua aplicação nas decisões levantadas pelo estudo prejudicaria mais de 260 mil vidas ao negar o acesso a novos tratamentos.

Não nos parece justo tirar a única possibilidade de sobrevivência de milhares de brasileiros. Menos ainda, somos a favor de gastar tudo para todos. No entanto, temos ciência de que é necessário ampliar o debate para modernizar o sistema e investir em uma gestão planejada. Um estudo recente do Banco Mundial aponta que 30% da verba do SUS tem como destino gastos ineficientes.

Ora, se vamos mergulhar na medicina de precisão, não podemos aceitar um documento que restringe o acesso a essas tecnologias. Especialmente quando, além da sabida necessidade de gestão dos recursos destinados ao SUS, o processo de construção do documento desconsidera as inúmeras contribuições de segmentos importantes da sociedade civil, como as associações de pacientes, que participaram com robustez e qualidade nas evidências, especialmente relatos de vida real.

É fundamental que as metodologias aplicadas sejam bem estruturadas e mais claras, construídas a partir de uma ampla discussão com sociedade, pacientes, classe médica e indústria, para abarcar as reais necessidades da população e não prejudicar seu acesso à saúde, evidenciando desigualdades.